

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

CNPJ: 00.059.857/0001-87

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em reais (R\$)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.353.161	5.746.421
Contas a receber de alunos	4	6.404.560	4.131.406
Adiantamentos		6.735.297	6.995.945
Outras contas a receber		158.612	364.501
Despesas antecipadas		79.887	121.696
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>17.731.517</b>	<b>17.359.969</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais		10.581.521	9.802.402
Impostos à recuperar	5	4.117.735	4.117.735
Propriedade para Investimentos	6	39.828.300	39.840.000
Investimentos	7	49.695	49.695
Imobilizado	8	45.817.183	50.400.636
Ativo de Direito de Uso	9	27.368.438	6.105.992
Intangível		39.229	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>127.802.101</b>	<b>110.355.689</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>145.533.618</b>	<b>127.715.658</b>
Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		4.246.469	4.646.294
Obrigações trabalhistas	10	35.245.916	35.892.005
Impostos parcelados	11	8.858.992	14.894.040
Obrigações tributárias		377.124	567.611
Outras obrigações		14.844	16.867
Instituições financeiras	12	9.049.865	5.185.608
Arrendamento Direito de Uso	9	5.216.210	6.232.414
Matrículas antecipadas	13	26.798.083	21.267.740
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>89.807.503</b>	<b>88.702.580</b>
<b>Não circulante</b>			
Instituições financeiras	12	20.089.645	250.767
Arrendamento Direito de Uso	9	22.689.830	-
Impostos parcelados	11	15.812.337	19.034.379
Provisão para passivo contingente	14	26.466.969	20.737.655
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>85.058.782</b>	<b>40.022.801</b>
<b>Patrimônio Social</b>			
Reservas de reavaliação		14.475.636	14.475.636
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial	6	36.705.370	36.705.370
Reservas de resultado	15	(80.513.673)	(52.190.729)
<b>Total do patrimonio líquido</b>		<b>(29.332.667)</b>	<b>(1.009.723)</b>
<b>Total do passivo e patrimonio social</b>		<b>145.533.618</b>	<b>127.715.658</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

<b>DEMONSTRAÇÕES DO (DÉFICIT) E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO FINDO em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em reais (R\$)</b>			
	Notas	2023	2022
<b>Receita bruta sobre prestação de serviços educacionais</b>			
		479.693.841	450.285.631
Recieita com mensalidades		476.636.210	446.405.726
Outras receitas		3.057.631	3.879.905
<b>Deduções de receita</b>		<b>(185.424.635)</b>	<b>(172.800.894)</b>
(-)Deduções de receitas		(185.424.635)	(172.800.894)
<b>Receita líquida sobre prestação de serviços educacionais</b>	16.a	<b>294.269.205</b>	<b>277.484.737</b>
Custos dos serviços prestados	16.b	(139.435.759)	(136.199.314)
<b>Resultado bruto</b>		<b>154.773.446</b>	<b>141.285.423</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(173.864.701)</b>	<b>(187.020.682)</b>
Despesas com pessoal administrativo	17.a	(81.094.151)	(73.667.613)
Outras Despesas administrativas	17.b	(22.101.377)	(22.893.778)
Despesas com serviços de terceiros	17.c	(52.369.623)	(72.317.933)
Depreciação		(18.299.550)	(18.141.357)
Outras (despesas)receitas operacionais		-	-
<b>(Déficit) Superávit antes das (despesas) receitas financeiras</b>		<b>(19.091.255)</b>	<b>(45.735.259)</b>
Receitas financeiras	18	2.417.905	4.908.732
Despesas financeiras	18	(9.886.027)	(8.052.872)
<b>(Despesas)receitas financeiras líquidas</b>		<b>(7.468.122)</b>	<b>(3.144.139)</b>
<b>(Déficit) Superávit do exercício</b>		<b>(26.559.377)</b>	<b>(48.879.399)</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em reais)			
	31.12.2023	31.12.2022	
<b>RECEITAS</b>			
Receita de mensalidades	290.723.523,49	272.551.622,00	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	294.269.205	277.484.737	
	-3.545.682	-4.933.115	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>77.855.550,19</b>	<b>100.449.628,44</b>	
Custo dos Serviços prestados	77.855.550	100.449.628	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>212.867.973,30</b>	<b>172.101.993,56</b>	
Depreciação e amortização	18.299.550	18.141.357	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>194.568.422,98</b>	<b>153.960.636,15</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</b>	<b>2.417.905,30</b>	<b>4.908.732,21</b>	
Receitas financeiras	2.417.905	4.908.732	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>196.986.328,28</b>	<b>158.869.368,36</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>210.862.916,52</b>	<b>196.926.168,96</b>	
Remuneração Direta	153.382.759	143.093.710	
Benefícios	4.806.458	4.500.430	
INSS	36.081.059	35.958.876	
FGTS	16.592.641	13.373.153	
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.129.765,78</b>	<b>2.115.794,46</b>	
Municipais	642.614	606.362	
Federais	1.487.152	1.509.433	
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>10.553.023,04</b>	<b>8.706.803,60</b>	
Despesas Financeiras	9.886.027	8.052.872	
Aluguéis pagos	666.996	653.932	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>-26.559.377,06</b>	<b>-48.879.398,66</b>	
Lucro do exercício	-26.559.377	-48.879.399	
	<b>196.986.328</b>	<b>158.869.368</b>	

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em reais (R\$)									
	Quotas em tesouraria	Fundo de reserva	Fundo de bolsa	Fundo de investimento	Fundo a aplicar	Reserva reavaliação de terrenos	Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Conta</b>									
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	-500.000	-560.282	2.046.080	-3.146.428	-6.828.915	14.475.636	-	-	5.486.092
<b>Superávit(déficit) do exercício</b>								-48.879.399	-48.879.399
(-)QUOTAS EM TESOOURARIA								-	-
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial							36.705.370		36.705.370
Ajuste do exercício anterior		283.908	283.913	1.703.464	3.406.929				5.678.215
Constituição de reservas		-2.443.970	-2.443.970	-14.663.820	-29.327.639			48.879.399	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	-500.000	-2.720.343,30	-113.976,96	-16.106.782,81	-32.749.625,64	14.475.636	36.705.370	-	-1.009.723
<b>Superávit(déficit) do exercício</b>								-26.559.377	-26.559.377
(-)QUOTAS EM TESOOURARIA								-	-
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial									-
Ajuste do exercício anterior		-88.178	-88.178	-529.070	-1.058.141				-1.763.567,66
Constituição de reservas		-1.327.969	-1.327.969	-7.967.813	-15.935.626			26.559.377	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	-500.000	-4.136.491	-1.530.124	-24.603.666	-49.743.393	14.475.636	36.705.370	-	-29.332.667

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b> Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em mil reais (R\$)		
	2023	2022
<b>Das atividades operacionais</b>		
Superávit/déficit do exercício	(26.559.377)	(48.879.399)
Depreciações e amortizações	18.292.201	18.130.744
Baixa de bens do imobilizado	7.349	3.145.243
Provisão para devedores duvidosos	2.156.025	4.293.771
Ajustes de exercícios anteriores	(1.763.568)	5.678.215
Ajuste de Propriedade para investimentos	-	36.705.370
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>(7.867.369)</b>	<b>19.073.944</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos operacionais</b>	<b>(4.699.952)</b>	<b>(4.781.383)</b>
Mensalidades a receber	(4.357.765)	(1.276.952)
Adiantamentos a terceiros	260.648	(1.096.180)
Outras contas a receber	205.889	(140.866)
Despesas antecipadas	41.808	33.430
Depósitos Judiciais	(779.119)	(2.462.712)
Não Circulante - outros	(71.415)	161.897
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>	<b>6.799.191</b>	<b>(3.088.197)</b>
Fornecedores	(399.826)	430.460
Obrigações trabalhistas	(646.089)	4.201.886
Obrigações tributárias	(190.487)	(359.664)
Outras obrigações	(2.023)	3.777
Receitas antecipadas	5.530.343	2.615.665
Impostos parcelados (não circulante)	(3.222.043)	(11.612.992)
Provisão para contingentes	5.729.315	1.632.671
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>2.099.239</b>	<b>(7.869.581)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Aquisições do imobilizado (aumento)</b>	<b>(34.966.843)</b>	<b>(7.312.842)</b>
Aquisições Imobilizado	(7.217.145)	-
Ativo de Direito de Uso - Arrendamento	(27.761.398)	-
Propriedade para Investimento (aumento)	11.700	(39.840.000)
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Aumento (redução) de empréstimos de curto prazo	(3.186.996)	2.890.367
<b>Aumento (redução) de empréstimos de longo prazo</b>	<b>42.528.709</b>	<b>(10.264.562)</b>
Direito de Uso - Arrendamento	22.689.830	-
Empréstimos a Longo Prazo	19.838.879	-
Resgate de quotas	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos e financiamentos</b>	<b>4.374.870</b>	<b>(54.527.037)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de Investimento e de financiamentos</b>	<b>(1.393.260)</b>	<b>(43.322.674)</b>
<b>Caixas e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	5.746.421	49.069.096
No final do exercício	4.353.161	5.746.421
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.393.260)</b>	<b>(43.322.674)</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

O CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA - CEUB foi constituído sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a prestação de Serviços Educacionais em todos os ramos e níveis do saber. A Entidade cumpre seus objetivos sociais, aplicando integralmente no país os recursos, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação na área de educação superior. Dentro das principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, de pós-graduação, mestrado, doutorado, EAD e extensão universitária, os programas e projetos sociais e o atendimento a comunidade. A Associação, por ser instituição de educação sem fins lucrativos, cumpre os requisitos dos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional e em respeito ao artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal está imune de tributação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as orientações contidas na Resolução CFC no. 1.409/12 (ITG 2002) aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

2.1.2. Continuidade Operacional

Com base em nosso melhor conhecimento, não há nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido informado e, que possa (i) impedir a continuidade operacional ordinária da entidade e/ou (ii) afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da entidade e influir na sua avaliação como empreendimento em continuidade. Sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

A entidade mantém monitoramento periódico sobre os riscos de taxas de juros, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital de giro. A entidade acredita que não possui evidência de risco de continuidade operacional até o presente momento.

2.1.3. Estrutura de capital e capital circulante líquido

A entidade apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 29.332.667, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.009.723, negativo em 31.12.2022). O Capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2023 era negativo em R\$ 72.075.987 (R\$ 71.342.611 negativo em 2022).

A Administração da entidade entende que o plano de negócios, combinado com a gestão eficiente dos resultados e balanço, devem garantir sua sustentabilidade e demonstram os elementos necessários para a continuidade da operação.

2.1.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que opera) em reais (R\$).

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Entidade tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.4. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva do valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.5. Contas a receber de alunos

Registradas primeiramente pelos valores faturados pela contraprestação de serviços educacionais, porém não recebidas, ou acordos firmados junto aos estudantes de mensalidades já vencidas e cobranças judiciais, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos.

A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

2.6. Depósitos Judiciais

Valores depositados em juízo em que a Entidade contesta a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

2.7. Propriedades para investimento

São representadas por terrenos mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização de capital, conforme divulgado na Nota Explicativa no. 6.

As propriedades para investimento são inicialmente registradas pelo custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Os custos incorridos relacionados às propriedades para investimento em utilização, como: manutenção, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como custo na demonstração do resultado do período a que se refere.

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa no. 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um bem do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.



CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

**2.9. Intangível**  
Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução do valor acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado, prospectivamente.

**2.10. Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**  
Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis.

As propriedades para investimentos estão avaliadas ao seu valor justo.  
Em 31.12.2023 a entidade ajustou terrenos contabilizado em seu ativo imobilizado como propriedades para investimento. A contrapartida do reconhecimento do valor justo foi reconhecida no Resultado conforme CPC 27.

**2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**  
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em valor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**2.12. Arrendamento mercantil financeiro/operacional**  
Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Associação os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 6.2. A entidade cumpriu os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC-06 (R2) evidenciando os arrendamentos mercantis operacionais mencionados na Nota Explicativa no.9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**2.13. Matrículas antecipadas**  
Os valores de matrículas recebidos no final do exercício de alunos serão reconhecidos no resultado do exercício seguinte de acordo com o regime de competência.

**2.14. Provisão para contingências**  
As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são constituídas para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela administração da Entidade, considerando a natureza dos processos e a experiência da administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na Nota Explicativa no. 14.

**2.15. Reconhecimento de receita**  
A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados aos alunos em conformidade com o regime de competência de exercício.

**2.16. Reserva de reavaliação**  
Constituída em decorrência das reavaliações dos imóveis da Entidade, baseada em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O saldo da reavaliação será mantido até a sua realização por alienação.

**2.17. Demonstração do Valor Adicionado**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Entidade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação complementar às demonstrações contábeis.  
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis.

	2023	2022
Caixa	10.885	2.487
Bancos Conta Movimento	4.342.276	5.743.934
Total	4.353.161	5.746.421

	2023	2022
Contas a receber de alunos	42.236.563	38.298.444
Cheques pendentes (devolvidos)	716.323	716.979
Cheques custodiados	7.365	7.365
Cartão de Débito/Crédito	2.698.009	2.685.511
FIES - créditos a receber	407.803	
Outros créditos a receber	1.515.604	1.444.189
Total	47.581.667	43.152.488

Provisão para perdas esperadas com créditos	-41.177.108	-39.021.082
Total	6.404.560	4.131.406

A Entidade utilizou os mesmos critérios adotados nos exercícios anteriores para constituir a provisão para perdas esperadas com créditos sobre os saldos vencidos e não pagos com base em dados de perdas históricas nos últimos anos.

	2023	2022
Outros créditos tributários	4.117.735	4.117.735
Total	4.117.735	4.117.735

Trata-se de créditos do PIS a restituir conforme processo de restituição No. 10166.730797/2016-18 e créditos de INSS já transitados em julgado com parecer favorável ao CEUB.

	Terrenos	Total
Saldo em 31.12.2022	39.840.000	39.840.000
Adições	0	0
Subtração	-11.700	-11.700
Saldo em 31.12.2023	39.828.300	39.828.300

**Avaliação a valor justo**  
As propriedades para investimentos referem-se a terrenos mantidos para auferir rendimentos de aluguel e/ou valorização do capital, adquiridos e contabilizados inicialmente no Ativo Imobilizado pelo custo de aquisição devidamente corrigido e em 2023 foram atualizadas pelo valor justo por meio de avaliação efetuada por uma empresa especializada independente (J R ALMEIDA VAZ ENGENHARIA).  
A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento ao valor justo é a preceituada pelo Método Comparativo Direto, sendo utilizado as diretrizes constantes da Parte 2 da NBR 14653 que detalha os procedimentos gerais da norma de avaliação de bens - NBR 14653-1, as quais são internacionalmente utilizadas e reconhecidas para casos de avaliação e demais análises.  
Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento.  
A contrapartida do reconhecimento do valor justo foi reconhecida como ajuste de avaliação patrimonial conforme CPC 27.

	2023	2022
Telebrasilíia S/A	49.695	49.695
Total	49.695	49.695

8. Imobilizado			2023	2022
Descrição	Taxa anual de deprec.	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
				Líquido
Terrenos	-	11.341.006		11.341.006
Imóveis	4%	80.874.827	66.137.560	14.737.267
Máquinas e equipamentos	10%	32.833.529	26.600.221	6.233.308
Móveis e Utensílios	10%	12.420.169	11.402.865	1.017.304
Veículos	20%	1.828.092	1.518.977	309.115
Computadores e periféricos	10%	24.996.464	23.635.310	1.361.155
Software	20%	18.610.256	16.479.812	2.130.444
Livros e acervo	10%	17.165.953	14.663.754	2.502.200
Instalações	10%	4.425.875	3.745.347	680.527
Obra de Arte	-	3.842		3.842
Benfeitoria Imóvel Terceiros	10%	30.008.703	24.709.843	5.298.860
Imobilizado em andamento		202.154		305.349
Total		234.710.872	188.893.689	45.817.183

	2023	2022
Contratos de Locação Imóveis	35.139.993	14.100.055
(-) depreciação exercício	7.771.555	7.994.063
Saldos finais no exercício	27.368.438	6.105.992

No exercício de 2023 foram reconhecidas as despesas com juros como um componente das Despesas Financeiras no montante de 1.737.420.  
O valor do Arrendamento do Direito de Uso para os próximos 12 meses é de R\$ 5.216.210, que está contabilizado no Passivo Circulante;  
Os valores históricos dos Contratos de Locação de Imóveis são:

Imóvel Campus Taguatinga	Vencimento: 30.09.2024	R\$ 4.039.604
Imóvel Estacionamento	Vencimento: 31.10.2024	R\$ 1.072.237
Imóvel Prédio	Vencimento: 31.05.2024	R\$ 59.239
Terracap lote B,C e D	Vencimento: 30.09.2024	R\$ 45.129
	TOTAL	R\$ 5.216.210

	2023	2022
Salários a pagar	7.383.397	7.628.210
Provisões para férias e encargos	17.225.294	17.650.880
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	1.240.772	1.228.088
INSS a recolher sobre folha de pagamento	3.529.433	3.528.028
IRRF sobre folha de pagamento	5.042.994	5.214.854
Outras Contas a Pagar	824.027	641.944
Total	35.245.916	35.892.005

As obrigações trabalhistas referem-se a passivos de curto prazo junto aos funcionários da Entidade.

	2023	2022
INSS parcelado(b)	8.858.992	14.894.040
Total	8.858.992	14.894.040

(a) A Entidade procedeu ao Parcelamento do INSS junto a RF e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o qual se encontra deferido e vem sendo regularmente cumprido, sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas, iniciado em 19/10/2018 e quitado em 12/04/2023(PGFN), e 19/03/2021 iniciado (RF). Refere-se a parte de Curto Prazo.

	Indexador	2023	2022
Banco Santander	1,12% a.m.	160.976	5.185.608
Banco Original	1,24% a.m.	8.888.889	0
Total		9.049.865	5.185.608

**13. Matrículas antecipadas**  
Refere-se a matrículas recebidas no exercício corrente, registradas nesta rubrica por tratar-se de Receita do Exercício Seguinte.

Não circulante			
12. Instituições financeiras			
		2023	2022
Banco Santander	1,12% a.m.	89.790	250.767
Banco Original	1,24% a.m.	19.999.855	0
Total		20.089.645	250.767

	2023	2022
INSS Parcelamento RF e PGFN	15.812.337	19.034.379
Total	15.812.337	19.034.379

(a) A Entidade procedeu ao Parcelamento do INSS junto a RF, o qual se encontra deferido e vem sendo regularmente cumprido, sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas, iniciado em 19/10/2018 quitado em 12/04/2023 (PGFN), e 19/03/2021 iniciado (RF). Refere-se a parte de Longo Prazo.

**14. Provisão para passivo contingente:** A Entidade possui diversas reclamações trabalhistas e fiscais em andamento judicial. A perda estimada dos processos como sendo de risco provável, de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, em função da expectativa de desfecho dos processos é de R\$ 26.466.969, (Em 2022 R\$ 20.737.655) para os quais a Associação registrou uma provisão, e de R\$ 21.656.807 de risco considerados como possíveis para os quais não foi constituída nenhuma provisão.

**15. Patrimônio social**  
O Patrimônio social da Entidade é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits. Em 31.12.2023 o saldo do Patrimônio Líquido era negativo de R\$ 29.332.667, (Em 31.12.2022 era negativo em R\$ 1.009.723).  
Podendo ser assim demonstrado:

	2023	2022
Reserva de Reavaliação (a)	14.475.636	14.475.636
Ajuste de Avaliação Patrimonial	36.705.370	36.705.370
Reservas de Resultados	(80.513.673)	(8.989.545)
Soma	(29.332.667)	(1.009.723)

a) A Reserva de reavaliação no valor de R\$ 14.475.636 refere-se à reavaliação da imóvel sede do campus da entidade.  
b) Em 31.12.2023 a Entidade incorreu em Déficit contábil de R\$ 26.559.377, (em 31.12.2022 o Déficit foi de R\$ 48.879.399). Em conformidade com seu plano de trabalho, a Entidade vem implementando uma estratégia para alcançar o equilíbrio financeiro da instituição. Paralelamente estão sendo desenvolvidas medidas com o objetivo de redução dos custos administrativos, acadêmicos e financeiros, bem como melhoria dos controles internos.

	2023	2022
Contribuições de Alunos	476.636.210	446.405.726
Outras receitas	3.057.631	3.879.905
(-) Bolsas de Estudo	(60.253.733)	(67.978.020)
(-)Deduções de Mensalidades	(121.946.162)	(99.873.057)
(-)Outras Deduções	(3.224.740)	(4.949.817)
Total	294.269.205	277.484.737

	2023	2022
Despesas com Pessoal e encargos	130.604.277	123.982.107
Materiais	3.053.686	3.525.217
Serviços Contratados	5.837.797	8.691.991
Total	139.495.759	136.199.314

	2023	2022
Salários e encargos	81.094.151	73.667.613
Total	81.094.151	73.667.613

	2023	2022
Materiais	1.657.381	1.577.860
Despesas com vendas	12.353.110	14.106.819
Utilidades	5.317.487	4.537.460
Outras Despesas	2.773.399	2.671.640
Total	22.101.377	22.893.778

	2023	2022
Serviços Contratados	25.547.284	25.775.589
Assessoria e Consultoria	7.207.543	7.865.983
Consultoria Jurídica	11.988.556	31.639.456
Outros serviços de terceiros	7.626.239	7.036.905
Total	52.369.623	72.317.933

	2023	2022
Juros e descontos recebidos	2.417.905	4.908.732
Despesas financeiras	(9.886.027)	(8.052.872)
Total	(7.468.122)	(3.144.139)

**19. Coberturas de seguros**  
Em 31.12.2023 a Entidade possuía cobertura de seguros contra Danos Materiais, incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 180.300.000 para cobertura dos edifícios e R\$ 3.083.049 para cobertura de veículos.

**20. Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia**  
A Administração do CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA - CEUB continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente a Administração considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios da Entidade.

Getúlio Américo Moreira Lopes	Edson Elias Alves da Silva
Presidente	Superintendente
Neusa Rodrigues de Moraes	
Contadora CRC-DF 013503	

Os membros do Conselho Fiscal do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinaram durante o **exercício de 2023**, na extensão julgada necessária e em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, Livros, Documentos de Contabilidade, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, do exercício findo, tendo encontrado as contas em perfeita ordem e exatidão, são de parecer favorável que as mesmas sejam aprovadas pela Assembleia.  
Brasília-DF, 14 de março de 2024.

JOSÉ GERALDO LOPES ABREU FERNANDO RIBEIRO DE MORAES JÚNIOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas do  
**Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB**  
Brasília-DF

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras do **Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Ênfase**  
**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**  
Chamamos a atenção para a leitura das Notas Explicativas nº 2.1.2, 2.1.3 e 15 às demonstrações financeiras, que indicam que a Entidade incorreu em Déficit no montante de R\$26.559.377, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, naquela data, o patrimônio social líquido da Entidade foi negativo em R\$ 29.332.667. Conforme apresentado nas Notas acima referidas, esses eventos ou condições, podem indicar a existência relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.  
Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.  
**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no



CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da entidade.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Entidade advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, mestrado, doutorado, pós-graduação e EAD. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois: a) as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados; e b) a Entidade oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais e parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: a) entendimento dos controles internos relevantes que envolvem o processo de matrículas e definição de preços; b) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, revisando os contratos de serviços firmados com os alunos; documentações para o cadastramento do aluno; comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; correlação dos valores registrados com receitas ao longo do exercício, com a movimentação do contas a receber e, por fim, com a conversão desses valores no caixa da entidade; confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nºs. 2.3 e 2.5.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Entidade, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nos. 2.5 e 2.15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do valor justo das propriedades para investimento

De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 6, a Entidade registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação a Entidade. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Entidade, era de R\$ 39.828.300. A estimativa de valor justo das propriedades para investimento foi determinada levando-se em consideração o "método comparativo direto de dados do mercado", utilizando-se das diretrizes da NBR 14653-1 e 2.

Esse tema foi considerado um PAA, devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Entidade, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O envolvimento de especialistas externos e independentes em avaliação de imóveis na região,

para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pelos especialistas externos contratado pela Entidade:

- Avaliamos se a metodologia aplicada para cálculo do valor justo estava de acordo com as práticas utilizadas no mercado para cálculo do valor justo e se referida metodologia se encontrava suportada nos normativos contábeis aplicáveis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos laudos de avaliação a valor justo e preparados por especialistas terceiros da Entidade, pelos laudos dos especialistas externos e independentes por nós utilizados bem como pelas evidências de auditoria que suportam nossos testes, consideramos que as avaliações a valor justo preparados por aqueles especialistas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração do Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não de garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis da Entidade declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Entidade, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2024

COTRIM & ASSOCIADOS

Auditors Independentes S.S.

CRC 2SP 012.348/0-4

Wilson Carlos Bronze Cotrim

Contador CRC 1SP 096.274/0-9

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 20/03/2024

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
conforme MP Nº 2.200-2  
de 24/08/2001. A  
autenticidade pode ser  
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: [jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/](http://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/)

